



**Ministério da Integração Nacional - M I**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
Rua Presidente Dutra Nº 160, CEP 56.304-914 - Centro – Petrolina-PE  
Tel: (87) 3866-7722 – Fone/Fax: (87) 3866-7742 - e-mail: [3a.sl@codevasf.gov.br](mailto:3a.sl@codevasf.gov.br)

Fls.: \_\_\_\_\_  
Proc.: 59530.002939/2017-10

3ª SL

## **EDITAL Nº 020/2017**

### **TOMADA DE PREÇOS**

**CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS DO RAMO DA ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS E SERVIÇOS DE CONCLUSÃO E CONSTRUÇÃO DOS PÁTIOS DE EVENTOS PARA MÚLTIPLOS USOS, NAS COMUNIDADES DE DORMENTES (LOTE I - CONCLUSÃO) E ARARIPINA (LOTE II E LOTE III), NO ESTADO DE PERNAMBUCO, ÁREA DE ATUAÇÃO DA 3ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA CODEVASF.**

**C O D E V A S F**  
**TOMADA DE PREÇOS - EDITAL N.º 020/2017**  
**A V I S O**

**OBJETO:** Contratação de empresas do ramo da engenharia para execução das obras e serviços de conclusão e construção dos pátios de eventos para múltiplos usos, nas comunidades de Dormentes (Lote I - conclusão) e Araripina (Lote II e Lote III), no Estado de Pernambuco, área de atuação da 3ª Superintendência Regional da CODEVASF.

**CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:** Empresas do ramo, individualmente, que atendam as exigências do Edital e seus anexos, que possuam, na data de apresentação da proposta, **os seguintes capitais sociais mínimos, por lote:**

<b>Lote I</b>	R\$ 15.000,00 (quinze mil reais);
<b>Lote II</b>	R\$ 17.000,00 (dezessete mil reais).
<b>Lote III</b>	R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte poderão participar desta licitação em condições diferenciadas, na forma prescrita na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações posteriores.

**LOCAL E DATA DE RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA:** Sala de Reunião da Superintendência da 3ª Superintendência Regional da CODEVASF, localizada à Rua Presidente Dutra, 160 – Centro – Petrolina-PE, às 15 (quinze) **horas do dia 19 de dezembro de 2017 (HORÁRIO DE BRASÍLIA).**

**OBSERVAÇÃO:** O Edital e seus elementos constitutivos encontram-se à disposição dos interessados para consulta, na Secretaria Regional de Licitações – 3ª Superintendência Regional da CODEVASF, no endereço acima mencionado, sala 45, nos sítios da CODEVASF e Comprasnet: [www.codevasf.gov.br](http://www.codevasf.gov.br) e [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), e poderão ser adquiridos mediante apresentação pela licitante de um cd/ROM ou pen drive, gratuitamente, no horário das 08h00 às 12h00 e das 13h30 às 17h, horário local.

As Empresas que retirarem o Edital deverão encaminhar a GUIA DE RETIRADA DO EDITAL à Secretaria Regional de Licitações, através do email: [3a.sl@CODEVASF.gov.br](mailto:3a.sl@CODEVASF.gov.br), todos os seus dados cadastrais, conforme modelo ao final deste documento, para que a CODEVASF possa comunicar eventuais esclarecimentos ou resposta a consultas formuladas.

Petrolina-PE, 01 de dezembro de 2017.

**AURIVALTER CORDEIRO PEREIRA DA SILVA**  
Superintendente Regional  
CODEVASF - 3ª SR

## **Í N D I C E**

01. OBJETO
02. REGIME DE EXECUÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO
03. LOCALIZAÇÃO/ ESCOPO DOS SERVIÇOS
04. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO
05. INTERPRETAÇÃO E ESCLARECIMENTOS
06. APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA FINANCEIRA
07. ABERTURA DOS INVÓLUCROS
08. EXAME E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS
09. ADJUDICAÇÃO
10. RECURSOS ADMINISTRATIVOS
11. PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS
12. GARANTIA DE EXECUÇÃO
13. FISCALIZAÇÃO
14. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO
15. REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS
16. MULTAS
17. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
18. PRAZO DE GARANTIA
19. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
20. RECEBIMENTO DEFINITIVO DOS SERVIÇOS
21. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS
22. PLACA DE IDENTIFICAÇÃO
23. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE
24. CONDIÇÕES GERAIS

## **A N E X O S**

- I. TERMO DE PROPOSTA
- II. MODELOS DE DECLARAÇÕES
- III. TERMOS DE REFERÊNCIA / ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS / QUADROS / PLANILHAS DE ORÇAMENTOS
- IV. MINUTA DE CONTRATO
- V. MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA
- VI. DECLARAÇÃO ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA (ME) OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP)
- VII. GUIA DE RETIRADA DE EDITAL

## C O D E V A S F

### TOMADA DE PREÇOS - EDITAL N.º 020/2017

PROCESSO: 59530.002939/2017-10

A COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA - CODEVASF - por sua Secretaria Regional de Licitações – 3ª SL torna público que receberá a Documentação e Propostas objeto do presente Edital, **15 (quinze) horas do dia 19 de dezembro de 2017 (Horário de Brasília)**, na Sala de Reunião da Superintendência da 3.ª Superintendência Regional da CODEVASF, localizada à Rua Presidente Dutra, 160 – Centro – Petrolina-PE.

#### 1. OBJETO / LEGISLAÇÃO

- 1.1. Contratação de empresas do ramo da engenharia para execução das obras e serviços de conclusão e construção dos pátios de eventos para múltiplos usos, nas comunidades de Dormentes (Lote I - conclusão) e Araripina (Lote II e Lote III), no Estado de Pernambuco, área de atuação da 3ª Superintendência Regional da CODEVASF.

#### 2. REGIME DE EXECUÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

- 2.1. **Regime de Execução:** Empreitada por Preço Unitário.
- 2.2. **Critério de Julgamento:** Menor Preço, Por Lote.

#### 3. LOCALIZAÇÃO E ACESSO/ ESCOPO DOS SERVIÇOS

- 3.1. LOCALIZAÇÃO E ACESSO: De acordo com o **item 3** dos Termos de Referência, parte integrante deste Edital.
- 3.2. ESCOPO DOS SERVIÇOS
  - 3.2.1. Para atendimento do objeto deste Edital, a empresa contratada deverá realizar os serviços previstos e necessários para a construção de um pátio de eventos para múltiplo uso, munido de equipamentos, sendo eles: piso em concreto armado polido para quadra poliesportiva, alvenaria em bloco cerâmico ao redor da quadra, cercado com alambrado, arquibancadas, instalação elétrica, pinturas e demais acessórios e outros, **para cada um dos três lotes, sendo Dormentes (comunidade de São Bento - lote I), Araripina (Povoado do Cavaco – lote II) e Araripina (Distrito de Moraes – Lote III)**, conforme descritos no **item 7** dos Termos de Referência e nas especificações técnicas
  - 3.2.2. Os serviços a serem realizados estão detalhadamente descritos nos Termos de Referência e nas Especificações Técnicas, que integram este edital. E qualquer dúvida sobre as obras/serviços será dirimida pela FISCALIZAÇÃO.
  - 3.2.3. A Licitante deve considerar nos preços unitários correspondentes propostos, todos os materiais e serviços necessários, bem como, leis sociais, transporte, alimentação, seguros, lucro, despesas indiretas, etc.

#### **4. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

- 4.1. Poderão participar desta licitação empresas do ramo da engenharia que satisfaçam às condições deste Edital e sejam devidamente inscritas e habilitadas pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) para realização de serviços de construção civil e que possuam, até a data da abertura da licitação, **os seguintes capitais sociais mínimos, por lote:**

<b>Lote I</b>	R\$ 15.000,00 (quinze mil reais);
<b>Lote II</b>	R\$ 17.000,00 (dezessete mil reais).
<b>Lote III</b>	R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

- 4.2. Caso as licitantes apresentem propostas para mais de um lote, deverão comprovar o somatório dos capitais sociais dos lotes para os quais estejam concorrendo.
- 4.2.1. As licitantes poderão apresentar propostas para um ou mais lotes, devendo apresentar as propostas em envelopes distintos para cada lote.
- 4.3. As microempresas e empresas de pequeno porte poderão participar desta licitação em condições diferenciadas, na forma prescrita na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, devendo declarar, em campo próprio no sistema eletrônico, sob as penas da Lei, que cumpre os requisitos estabelecidos em seu art. 3º, e que está apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 a 49 da referida Lei Complementar.
- 4.3.1. O licitante é responsável por solicitar seu desenquadramento da condição de microempresa ou empresa de pequeno porte quando houver ultrapassado o limite de faturamento estabelecido no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, no ano fiscal anterior, sob pena de ser declarado inidôneo para licitar e contratar com a administração pública, sem prejuízo das demais sanções, caso usufrua ou tente usufruir indevidamente dos benefícios previstos no Decreto 8.538/2015 de 6/10/2015.
- 4.4. Será permitida a subcontratação dos serviços de fornecimento e instalação de placa de identificação da obra, fornecimento e aplicação de concreto e de estruturas em aço, pintura e instalações elétricas, desde que previamente aprovados pela fiscalização da CODEVASF, e sobre inteira responsabilidade da Contratada.
- 4.5. Em virtude da especificidade dos serviços objeto deste Edital, não será admitida a participação de consórcio de empresas.
- 4.6. O edital e seus elementos constitutivos encontram-se disponíveis nos sítios [www.codevasf.gov.br](http://www.codevasf.gov.br) e [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br). Caso as Licitantes não consigam fazer o download pelos sítios, o edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados na sala 45 – Bloco IV, na sede da 3ª Superintendência Regional, localizada no endereço informado no início do edital, telefone (87) 3866-7742, no horário de 08h (oito) às 12h (doze) e de 13h30min (treze e trinta) às 17h (dezessete) horas, de segunda a sexta-feira, horário local.

- 4.6.1. As empresas que retirarem o edital através da Internet nos sítios citados deverão preencher a Guia de Retirada de Edital que se encontra na última página deste documento e enviar por e-mail: [3a.sl@codevasf.gov.br](mailto:3a.sl@codevasf.gov.br), dados estes necessários para que possamos comunicar eventuais esclarecimentos às consultas formuladas sobre o Edital.
- 4.7. As licitantes poderão visitar o local de realização do empreendimento. Durante esta visita a licitante deverá inteirar-se dos serviços a serem executados, dimensionar aspectos físicos e técnicos e avaliar os problemas futuros de modo que os custos propostos cubram quaisquer dificuldades decorrentes da sua execução. A licitante deverá também procurar obter, sob sua exclusiva responsabilidade, todas as informações que possam ser necessárias para a elaboração da proposta e execução do contrato que tem como base o presente Edital.
- 4.7.1.1. É de inteira responsabilidade da licitante a verificação "in loco" das dificuldades e dimensionamento dos dados necessários à apresentação da Proposta.
- 4.7.1.2. A não verificação dessas dificuldades não poderá ser invocada no desenrolar dos trabalhos como fonte de alteração dos termos contratuais que venham a ser estabelecidos.
- 4.7.1.3. A comprovação de visita ao local das obras e serviços será obrigatoriamente emitida pela Licitante, através dos seus prepostos, sendo condição indispensável para participação na licitação, conforme **subitem 6.5.3 "b"**.
- 4.7.1.4. Os custos de visita aos locais dos serviços correrão por exclusiva conta da licitante.
- 4.7.1.5. Para informações sobre a visita ao local dos serviços, as interessadas deverão entrar em contato com a 3ª GRD/ UIP, localizada em Petrolina-PE, telefone (87) 3866-7737, no horário de 8h às 12h e 13h30 as 17h, de segunda a sexta-feira.
- 4.8. Não será permitida a participação de empresas:
- a) Em processo de recuperação judicial ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação, salvo se o plano de recuperação tenha sido homologado pelo juiz competente;
  - b) Que estejam com o direito de licitar e contratar suspenso com a Codevasf ou com a União e que tenham sido declaradas inidôneas, por órgão ou entidade da Administração Pública, direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal;
  - c) Cujos empregados, diretores, responsáveis técnicos ou sócios figurem como funcionários, empregados ou ocupantes de função gratificada na Codevasf;
  - d) Estrangeiras que não estejam autorizadas a operar no País;
  - e) Em Sociedades Cooperativas ou sob a forma de consórcio;
  - f) Autora do projeto básico ou executivo, pessoa física ou jurídica, e a empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do Projeto

Básico ou Executivo ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado.

- 4.9. Cada licitante apresentar-se-á com apenas um representante que, devidamente munido de documento hábil, será o único a intervir nas fases do procedimento licitatório, respondendo assim, para todos os efeitos, por sua representada, devendo, ainda, no ato da entrega dos envelopes, identificar-se, exibindo a carteira de identidade ou outro documento legal que bem o identifique.
- 4.9.1. Por documento hábil, entende-se:
- a) Habilitação do representante mediante procuração para participar de licitação, acompanhada de cópia do ato de investidura do outorgante, no qual declare expressamente, ter poderes para a devida outorga.
  - b) Caso seja titular da empresa, apresentar documento que comprove sua capacidade para representá-la.
- 4.9.2. A não apresentação do documento de credenciamento não inabilita o licitante, mas impedirá o representante de se manifestar, impugnar e responder pela empresa.
- 4.9.3. O credenciado ou procurador não poderá representar mais de uma licitante, ficando expresso e ajustado que a inobservância desta exigência implicará na desclassificação automática das respectivas propostas.
- 4.10. **A participação na licitação implica aceitação integral do ato convocatório, bem como na observância dos regulamentos e normas administrativas e técnicas aplicáveis, e de todos os anexos.**

## **5. INTERPRETAÇÃO E ESCLARECIMENTOS**

- 5.1. As licitantes deverão, além das informações específicas requeridas pela CODEVASF, adicionar quaisquer outras que julgar necessárias. Somente serão aceitas normas conhecidas que assegurem uma qualidade igual ou superior à indicada neste Edital e seus anexos.
- 5.2. As licitantes deverão estudar minuciosa e cuidadosamente a documentação, informando-se de todas as circunstâncias e detalhes que possam de algum modo afetar a execução dos serviços, seus custos e prazos de execução.
- 5.3. Quaisquer dúvidas de caráter técnico, formal ou legal, na interpretação deste Edital e seus anexos, serão dirimidas pela Secretaria de Licitações, Bloco IV da CODEVASF – 3ª SR, localizado à Rua Presidente Dutra, 160 – Centro – Petrolina-PE, através do fax 87 3866-7742, e-mail: [3a.sl@codevasf.gov.br](mailto:3a.sl@codevasf.gov.br) ouvida a 3ª GRD/UEP, respeitado o prazo disposto no subitem a seguir.
- 5.4. Os pedidos de esclarecimentos como também apresentação de impugnação do Edital sobre quaisquer elementos somente serão atendidos quando solicitados por escrito até 05 (cinco) dias úteis anteriores à data estabelecida para a abertura das propostas. As consultas formuladas fora deste prazo serão consideradas como não recebidas.

- 5.5. Analisando as consultas, a CODEVASF deverá esclarecê-las e, acatando-as, alterar ou adequar os elementos constantes do Edital e seus anexos, comunicando sua decisão, por meio do sítio: [www.codevasf.gov.br](http://www.codevasf.gov.br).
- 5.6. As disposições deste Edital poderão ser objeto de impugnação, por violarem disposições legais, especialmente da Lei nº 8.666, de 1993, nos seguintes termos:
- 5.6.1. Por parte de qualquer cidadão, desde que protocole o pedido até 05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, cabendo à Administração responder à impugnação em até 03 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º, do art. 113, da Lei 8.666/93.
- 5.6.2. Decairá do direito de impugnar os termos do Edital de licitação perante a Administração a licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação, as falhas ou irregularidades que viciariam esse Edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.
- 5.7. A apresentação da proposta tornará evidente que a licitante examinou minuciosamente toda a documentação deste Edital e seus anexos e que a encontrou correta. Evidenciará, também, que a licitante obteve da CODEVASF, satisfatoriamente, todas as informações e esclarecimentos solicitados, tudo resultando suficiente para a elaboração da proposta, logo implicando na aceitação plena de suas condições.
- 5.8. Fica entendido que a licitante tem pleno conhecimento das condições locais onde serão executados os Serviços e teve solucionadas todas as dúvidas, antes da data da apresentação das propostas.

## **6. APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA FINANCEIRA**

- 6.1. Serão aceitas propostas entregues pessoalmente ou encaminhadas por via postal, desde que sejam recebidas pela CODEVASF no endereço indicado no preâmbulo deste Edital até o dia e hora estabelecidos para recebimento e abertura das propostas, não se admitindo sua apresentação via fax ou meio eletrônico.
- 6.1.1. A Licitante que optar por entregar sua documentação e proposta diretamente na Sede da CODEVASF antes da data e horário estabelecidos para sua abertura poderá fazê-lo, desde que o faça diretamente na Secretaria de Licitações, localizada no endereço indicado no preâmbulo deste instrumento, sob pena, de sua proposta ser considerada como não recebida.
- 6.1.2. A documentação e as propostas entregues após o horário estabelecido no preâmbulo deste Edital serão consideradas como não recebidas, sendo de inteira responsabilidade da Licitante a entrega tempestiva da “Documentação” e “Proposta Financeira” que venham a ser enviadas por via postal.
- 6.2. As Licitantes deverão fazer entrega no dia, hora e local mencionados neste Edital, 02 (dois) envelopes, fechados, numerados e identificados, contendo, respectivamente, a **“Documentação” – Invólucro n.º 01 (um)** e a **“Proposta**

**Financeira” – Invólucro n.º 02 (dois), individual por lote.** Devendo constar ainda nos respectivos envelopes o nome e endereço da Licitante, o número do Edital e descrição sucinta do objeto da licitação.

- 6.3. A “Documentação” e a “Proposta Financeira” deverão estar impressas em papel timbrado da empresa, em língua portuguesa, salvo quanto a expressões técnicas de uso corrente, com clareza, sem emendas, entrelinhas, rasuras ou borrões que dificultem o entendimento, e deverão estar numeradas e rubricadas em todas as suas folhas e assinada na última pelo representante legal da empresa.
- 6.3.1. Os documentos serão apresentados na ordem indicada no presente Edital, numerados sequencialmente e rubricados em todas as suas folhas pelo representante legal da licitante ou seu procurador.
- 6.3.2. Os documentos deverão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Secretaria de Licitações, na Sede 3ª SR da Codevasf, ou ainda publicação em órgão da imprensa oficial.
- 6.3.3. Em cada invólucro deverá ser apresentado um índice relacionando todos os documentos nele contidos;
- 6.3.4. Todos os documentos elaborados pelas licitantes (declarações, planilhas etc.) deverão ser apresentados em papéis timbrados, próprios das empresas.
- 6.3.5. A comprovação de outorga de poderes para representação da empresa referida no subitem 6.3.1., deste Edital deverá se fazer pela apresentação de cópia do ato de sua investidura.
- 6.3.6. A proposta deverá contemplar todos os serviços que compõem o objeto deste Edital, por lote, observando todas as descrições, características técnicas e demais recomendações constantes do Anexo III, que é parte integrante deste Edital. Não serão aceitas propostas que não apresentarem cotações para todos os serviços solicitados, por lote. Tais propostas serão desclassificadas.
- 6.4. **DOCUMENTAÇÃO - INVOLUCRO Nº 01**
- 6.4.1. Em invólucro fechado, que receberá a denominação de “Invólucro n.º 1 (um)”, será apresentada a “Documentação”, em 02 (duas) vias distintas de igual teor, em volumes separados, devidamente identificados, encadernados ou grampeados, devendo ser evidenciado na respectiva capa de cada volume as inscrições: “ORIGINAL” e “2ª VIA”, e deverá conter os documentos abaixo relacionados;
- 6.4.2. Na via descrita como “ORIGINAL” deve constar toda documentação exigida no original ou em cópia autenticada, não sendo necessária a autenticação dos documentos contidos no volume “2ª via”.
- 6.5. **DOCUMENTAÇÃO**

Verificação, “on line”, junto do SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores, da documentação obrigatória (RECEITA FEDERAL, DÍVIDA

ATIVA DA UNIÃO, FGTS e SEGURIDADE SOCIAL - INSS), e da habilitação parcial (RECEITA ESTADUAL e RECEITA MUNICIPAL). Na hipótese de haver documentos com prazo de validade vencido junto ao SICAF, as licitantes classificadas deverão apresentar a documentação correspondente com prazo de validade em vigor.

#### 6.5.1. Habilitação Jurídica

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato do registro de autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- e) Declaração de Elaboração Independente de Proposta, conforme modelo Anexo V.
- f) Declaração da inexistência de fato superveniente à expedição do CRC ou SICAF que impeça a sua habilitação, prevista no § 2º do Art. 32 da Lei nº 8.666/93 e declaração da licitante de que não tenha sido declarada inidônea por qualquer Órgão ou Entidade da Administração Pública, e que não está impedida de licitar ou contratar com a CODEVASF, bem como de que cumpre o disposto no inciso XXXIII, do Art. 7º da Constituição Federal, conforme modelo constante do ANEXO V, integrante deste Edital, sendo que a Codevasf procederá verificação junto ao sítio [www.portaldatransparencia.gov.br](http://www.portaldatransparencia.gov.br) no intuito de verificar a inexistência de impedimento da empresa participante em licitar e contratar com a Administração Pública;
- g) Certidão, **exigida somente para microempresas e empresas de pequeno porte**, expedida pela Junta Comercial, comprobatória de que a licitante é Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, com condição para usufruir do tratamento diferenciado conferido pela Lei Complementar nº 123/2006.

#### 6.5.2. Regularidade Fiscal

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda – CNPJ;
- b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente a seu ramo de atividade e compatível com o objetivo contratual;

- c) Prova de regularidade para com as Fazendas Federal/Certidão Quanto à Dívida Ativa da União, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente na forma da lei, com validade em vigor;
- d) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social, demonstrando o cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, mediante Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e Dívida Ativa da União, com validade em vigor, conforme Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1751/2014;
- e) Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal, com validade em vigor;
- f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – (CNDT) emitida pelo Banco Nacional de Devedores Trabalhistas – BNDT, com prazo de validade em vigor.

6.5.2.1. A validade das certidões referidas nas alíneas "a" a "e" do subitem 6.5.2. corresponderá ao prazo fixado nos próprios documentos. Caso as mesmas não contenham expressamente o prazo de validade, a CODEVASF convencionou o prazo como sendo de 90 (noventa) dias, a contar da data de sua expedição, ressalvada a hipótese da licitante comprovar que o documento tem prazo de validade superior ao antes convencionado, mediante juntada de norma legal pertinente. A Certidão da alínea "f" tem validade definida em 180 (cento e oitenta) dias.

6.5.2.2. Caso a (s) certidão (ões) expedida (s) pela (s) Fazenda (s) Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal seja (m) Positiva (s), nela (s) deverá constar expressamente o efeito negativo de que trata o artigo 206, do CTN, ou deverão ser juntados documentos que comprovem que o débito foi parcelado pelo contribuinte, que sua cobrança está suspensa, ou, caso contestado o valor, que foi garantida a execução por depósito em dinheiro ou por meio de bens; devendo referido documento ter data de emissão não superior a 90 (noventa) dias da data do recebimento.

6.5.2.3. Nos termos do art.42 da Lei Complementar nº123/2006, em se tratando das microempresas e empresas de pequeno porte, a comprovação de regularidade fiscal somente será exigida para efeito de assinatura do contrato. Contudo, deverão apresentar em seu envelope toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição. (art. 43, caput da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006).

6.5.2.4. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a licitante for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da CODEVASF, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa (art. 43, §1º, da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006).

- 6.5.2.5. A prorrogação deste prazo deverá ser sempre concedida pela Administração quando requerida pela licitante, a não ser que exista urgência na contratação ou prazo insuficiente para o empenho, devidamente justificado.
- 6.5.2.6. A não regularização da documentação dentro do prazo previsto no subitem 6.5.2.4 implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à CODEVASF convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação (art.43, § 2º, da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006).
- 6.5.2.7. A aplicação do tratamento diferenciado previsto no subitem 4.4 e subitem acima estará condicionada à apresentação da documentação comprobatória de que a licitante é Micro Empresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP, conforme determinou a alínea “g” do subitem 6.5.1.

### **6.5.3. Qualificação Técnica**

- a) Registro ou inscrição da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) para realização de serviços de construção civil (subitem 4.1 dos Termos de Referência), demonstrando sua habilitação legal para conduzir os serviços objeto do presente Edital;
- b) Declaração da própria licitante informando que visitou os locais onde serão executados os serviços objeto deste Edital, e se inteirou das dificuldades e dos dados indispensáveis para a elaboração e apresentação da sua proposta, e que os preços propostos cobrirão quaisquer despesas que incidam ou venham a incidir sobre a execução dos serviços;
- c) A licitante deverá apresentar atestado em seu nome, com o seu respectivo CAT (Certificado de Acervo Técnico), comprovando já ter prestado serviços de construção de quadra poliesportiva, calçadão, pavilhão, piso de fábrica ou serviços similares ao objeto deste Edital, expedido por órgão público ou entidade privada.
  - c.1. Definem-se como obras/serviços de porte e complexidade similar aquelas que apresentam grandezas e características técnicas semelhantes às descritas nas especificações técnicas, anexo deste Edital.
- d) No caso de duas ou mais licitantes apresentarem atestados de um mesmo profissional como responsável técnico, como comprovação de qualificação técnica, ambas serão inabilitadas, não cabendo qualquer alegação ou recurso.
- e) Comprovar possuir, em seu quadro permanente, na data de entrega da proposta, 1 (um) Engenheiro civil, devidamente registrado no CREA como profissional e integrante do corpo técnico da licitante, detentor de Atestado de Responsabilidade Técnica, com o seu respectivo CAT (Certificado de Acervo Técnico), por execução de serviços de características semelhantes ao objeto desta licitação;

- e.1. Entende-se, para fins deste Edital, como pertencente ao quadro permanente: o empregado; o sócio ou detentor de **contrato ou declaração de prestação de serviço**;
- e.2. Quando se tratar de profissional contratado sob-regime de Prestação de Serviços, a comprovação se dará através de cópia autêntica do Contrato de Prestação de Serviços, ou, ainda, **de declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, desde que acompanhada da anuência deste, ambos regidos pela Legislação Civil comum**;
- e.3. A Licitante deverá comprovar através da juntada de cópias da "ficha ou livro de registro de empregado" registrados na DRT, ou através de cópia da carteira de trabalho ou do contrato social de que o detentor do acervo técnico de que trata a alínea "g" acima, pertence ao seu quadro de pessoal na condição de empregado, prestador de serviços ou de sócio e de que está indicado para coordenar os serviços objeto desta licitação, ainda cópia do contrato de prestação de serviços de que trata a alínea "e1";
- e.4. Quando se tratar de dirigente ou sócio da Licitante tal comprovação será através do ato constitutivo da mesma e certidão do CREA, devidamente atualizada.

#### 6.5.4. Qualificação Econômico-Financeira

- a) Comprovação dos **seguintes capitais sociais mínimos, por lote**, estabelecidos no **item 4.1** deste Edital, até a data de apresentação das propostas, na forma da lei, admitida a atualização para esta data através de índices oficiais.
  - a1) **Caso as licitantes apresentem propostas para mais de um lote, deverá comprovar o somatório dos capitais sociais dos respectivos lotes, dos quais esteja participando.**
- b) Certidão Negativa de Pedido de Falência ou Recuperação Judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida pelo domicílio da pessoa física, que tenha sido expedida há menos de 120 dias. Para facilitar a verificação da autenticidade do documento apresentado, pede-se que seja apresentada, também, certidão da Corregedoria local indicando quais são os cartórios existentes na região para o fim especificado;
- c) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovam a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, tomando como base a variação, ocorrida no período, do ÍNDICE GERAL DE PREÇOS – DISPONIBILIDADE INTERNA - IGP-DI, publicado

**Ministério da Integração Nacional – MI**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**3ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – CODEVASF**

Fls.: \_\_\_\_\_  
Proc.: 59530.002939/2017-10

3ª SL

pela Fundação Getúlio Vargas - FGV ou de outro indicador que o venha substituir.

c.1) Observações: serão considerados aceitos como na forma da lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

c.1.1) sociedades regidas pela Lei nº 6.404/76 (sociedade anônima):

- Publicados em Diário Oficial; ou
- Publicados em jornal de grande circulação; ou,
- Por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

c.1.2) sociedades por cota de responsabilidade limitada (LTDA):

- Por fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente; ou
- Fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticadas na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;

c.1.3) sociedades sujeitas ao regime estabelecido na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 - estatuto das microempresas e das Empresas de Pequeno Porte “SIMPLES”:

- Por fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente; ou
- Fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticadas na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;

c.1.4) sociedade criada no exercício em curso:

- Fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;
- O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinadas por Contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade

c2) A qualificação econômico-financeira das licitantes será confirmada por meio de consulta “on line” ao SICAF – Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores. Caso a licitante não esteja cadastrada no SICAF, adotar-se-ão os mesmos critérios, descrito a seguir:

$$\text{LG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$\text{SG} = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$\text{LC} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

**Onde:**

**LG – Liquidez Geral;**

**SG – Solvência Geral;**

**LC – Liquidez Corrente.**

- 6.5.5. As empresas que apresentarem resultado igual ou menor que 1 (um) em qualquer dos índices (LG, SG, LC) referidos no subitem acima, quando de suas habilitações, deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo, na forma dos §§ 2º e 3º, do artigo 31, da Lei nº 8.666/93, como exigência imprescindível para sua habilitação podendo, ainda, ser solicitada prestação de garantia na forma do § 1º, 2º e 3º, do artigo 56, do mesmo diploma legal, para fins de contratação.
- 6.5.6. A licitante cadastrada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF estará dispensada da apresentação da documentação exigida pelas alíneas “a” a “c” do subitem 6.5.1; alíneas “a” a “f” do subitem 6.5.2 e alínea “c” do subitem 6.5.4, devendo apresentar os demais documentos. A confirmação da situação regular da licitante será efetuada mediante consulta “on line” ao Sistema SICAF. As licitantes que não estejam devidamente cadastradas no SICAF deverão apresentar toda a documentação exigida no presente Edital.
- 6.5.7. Na hipótese de haver documentos do SICAF com prazo de validade vencido, os mesmos deverão ser apresentados com prazo de validade em vigor e constarão da documentação contida no invólucro nº 1 (um).
- 6.5.8. Em se tratando de documentos emitidos via Internet, sua veracidade poderá ser confirmada através de consulta realizada nos sítios correspondentes, e se apresentados de outra forma, poderão ser em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Secretaria de Licitações da Codevasf, ou ainda, publicação em órgão da imprensa oficial.
- 6.5.9. Toda a documentação apresentada pela licitante, para fins de habilitação, deverá pertencer à empresa que efetivamente prestará os serviços, ou seja, o número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ deverá ser o mesmo em todos documentos, com exceção da CND conjunta junto à SRF e PGFN, bem como da CND junto ao INSS e do CRF relativo ao FGTS, sendo que nestes dois últimos casos deverá comprovar que os recolhimentos de INSS e FGTS são centralizados.
- 6.5.10. A Codevasf poderá consultar o sítio [www.portaldatransparencia.gov.br](http://www.portaldatransparencia.gov.br) no intuito de verificar a inexistência de impedimento da empresa participante em licitar e contratar com Administração Pública.

**6.6. PROPOSTA FINANCEIRA - INVOLUCRO Nº 02 - INDIVIDUAL, POR LOTE.**

6.6.1. Em invólucro fechado, que receberá a denominação de "Invólucro nº 2" (dois), será apresentada a "Proposta Financeira", em 2 (duas) vias, de igual teor, em volumes separados, **POR LOTE**, devidamente identificados, encadernados ou grampeados, devendo ser evidenciadas na respectiva capa de cada volume, as inscrições: "**ORIGINAL**" e "**2ª VIA**".

6.6.2. A Proposta Financeira deverá ser firme e precisa limitada rigorosamente ao objeto desta licitação, e não poderá conter condições ou alternativas não previstas neste Edital e seus Anexos constitutivos.

6.6.3. A Proposta Financeira – invólucro nº 02 (dois) – individual, **por lote**, constitui-se dos seguintes documentos:

- a) O Termo da Proposta - (Anexo I deste Edital) deverá constituir-se no primeiro documento da Proposta Financeira, contendo o valor global ofertado pela licitante para a execução do objeto desta licitação, devidamente assinado pelo representante legal da licitante, e com prazo de validade que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da data estabelecida para a entrega da proposta, sujeita à revalidação por idêntico período. O Termo deverá conter ainda os seguintes dados:
  - Nome e endereço completo da licitante, número de telefone, fax, C.N.P.J e qualificação (nome, estado civil, profissão, CPF, identidade e endereço) do dirigente ou representante legal, este mediante instrumento de procuração, que assinará o contrato no caso da licitante ser a vencedora
- b) O valor global deverá ser evidenciado na 1ª folha da respectiva proposta e este valor global bem como os valores unitários não poderão ser superiores ao orçamento apresentado pela CODEVASF;
- c) As parcelas correspondentes ao serviço de Mobilização e Desmobilização não pode ultrapassar o percentual máximo de 2,00% (dois por cento) do valor da proposta.
- d) Planilha de Orçamento com todos os seus itens, devidamente preenchida, com clareza e sem rasuras, conforme modelo constante do Anexo III, que é parte integrante deste Edital, observando-se os preços máximos unitários e global orçados pela CODEVASF.
- e) Não poderão ser considerados no Detalhamento do BDI, bem como na Planilha de Preços da Licitante, os tributos: Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ – e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, conforme recomendação do Tribunal de Contas da União;
- f) A Proposta Financeira deverá ser elaborada e apresentada com o preenchimento do conjunto de Quadros, relacionado abaixo:
  - g.1) **Quadro PO - I:** Valor da Proposta Financeira;
  - g.2) **Quadro PO - VI:** Cronograma Físico;

- g.3) **Quadro PO - VII:** Preço Unitário dos Serviços;
- g.4) **Quadro PO - XIV:** Detalhamento dos Encargos Sociais;
- g.5) **Quadro PO - XV:** Detalhamento do BDI um para serviço e outro para fornecimento de materiais e equipamentos;
- g.6) **Quadro PO - XVI:** Cronograma Financeiro;
- g) A apresentação dos quadros acima devidamente preenchidos é obrigatória, ser apresentado para cada um dos lotes que o Licitante vier a concorrer, sob pena de desclassificação da Licitante que deixar de apresentar estes quadros ou apresentá-los de maneira incompleta;
- h) As despesas diretas deverão contemplar os custos com salários, encargos sociais, custos de administração, remuneração do escritório, transportes, alimentação, moradia, diárias, viagens, despesas fiscais, comerciais, sociais, e trabalhistas, e outras relativas à prestação dos serviços, demonstrados obrigatoriamente;
- i) Nos preços propostos deverão estar incluídas todas as despesas necessárias, impostos e taxas, leis sociais, seguros, mão-de-obra e quaisquer encargos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, na execução dos serviços. No caso de omissão considerar-se-ão como inclusas nos preços;
- j) Junto com a proposta, a Planilha de Orçamento de Obras deverá ser apresentada em meio eletrônico (Microsoft Excel ou software livre em CD-ROM), sem proteção do arquivo, objetivando facilitar a conferência da mesma;
- k) A licitante deverá na composição de preços unitários de mão-de-obra observar os pisos salariais normativos da categoria correspondente, fixados por lei, dissídio coletivo, acordos ou convenções coletivas de trabalho do(s) município(s) onde ocorrerá(ão) o(s) serviço(s), ou, quando esta abranger mais de um município;
- l) A licitante deverá prever todos os acessos necessários para permitir a chegada dos equipamentos e materiais no local de execução das obras/serviços, avaliando-se todas as suas dificuldades, pois os eventuais custos decorrentes de qualquer serviço para melhoria destes acessos correrão por conta da licitante vencedora;
- m) No caso de empate entre duas ou mais propostas, o desempate será mediante sorteio em ato público, para o qual todas as licitantes empatadas serão convocadas.
- 6.6.4. Será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta melhor classificada; (Art. 44 da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006);

- 6.6.5. Para efeito do disposto no subitem 6.6.4 deste Edital (Art. 45 da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006), ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:
- a) A microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado.
  - b) Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma da alínea “a” acima, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do § 1.º do art. 44 da Lei Complementar n.º 123 supramencionada, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.
  - c) No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no § 1.º do art. 44 da Lei Complementar n.º 123 retromencionada, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 6.6.6. Na hipótese da não contratação nos termos previstos no subitem 6.6.4, acima, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame;
- 6.6.7. A condição prevista no subitem 6.6.4 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

## **7. ABERTURA DOS INVÓLUCROS**

- 7.1. Os invólucros de que trata o subitem 6.4 do Edital serão recebidos em sessão pública, no local, dia e hora indicados no “caput”, observado o disposto no item 6 e seus subitens.
- 7.2. Os trabalhos de recebimento dos invólucros, contendo a "Documentação" e a "Proposta Financeira", a realização da presente e o seu desenvolvimento, serão dirigidos pelo titular da Secretaria de Licitações – SL ou seu substituto eventual, juntamente com a Comissão Técnica de Julgamento.
- 7.3. A Secretaria de Licitações – SL, por seu titular ou substituto eventual, juntamente com a Comissão Técnica de Julgamento, procederá à abertura dos invólucros n.º 1 (um) “Documentação” que será em seguida examinada pela Comissão Técnica de Julgamento com a proclamação das licitantes habilitadas e inhabilitadas, se houver. Em seguida serão abertas os invólucros n.º 2 – Proposta Financeira das licitantes habilitadas.
- 7.4. Caso não seja possível à proclamação das empresas habilitadas e inhabilitadas os invólucros n.º 2 - “Proposta Financeira” - deverão ser rubricados em seus fechos pelos presentes e permanecerão em poder e sob guarda da Secretaria Regional de Licitações – 3ª SL, até a data que for designada para sua abertura.

- 7.5. Tendo sido proclamadas as empresas habilitadas e inhabilitadas no julgamento da “Documentação” sem que haja manifestação contrária das licitantes, após a abertura dos invólucros n.º 2 não mais poderá haver impugnação da documentação julgada.
- 7.6. Inexistindo recurso(s) contra a decisão referente à fase de habilitação, ou sendo este(s) denegado(s), a Secretaria de Licitações providenciará a devolução dos os invólucros nº 2 "Propostas Financeiras, lacrados tal como recebidos, às respectivas licitantes
- 7.7. A Proposta Financeira será rubricada pelos representantes da CODEVASF e das licitantes, ficando à disposição dos interessados, para fins de vista, por prazo não superior a 24 (vinte e quatro) horas, posteriores à abertura das propostas, após o que serão encaminhadas à Comissão Técnica de Julgamento.
- 7.8. No caso das licitantes inhabilitadas se recusarem a receber o invólucro nº 2 (dois) "Propostas Financeiras", ou se os representantes estiverem ausentes, esta ficará à disposição para retirada, mediante recibo na Secretaria de Licitações da 3ª SR, durante o período de 60 (sessenta) dias. Findo este prazo, a CODEVASF fica autorizada a incinerá-los.
- 7.9. Ocorrendo a hipótese prevista no subitem 7.6 a Comissão Técnica de Julgamento encaminhará o relatório do julgamento da "Documentação", com parecer conclusivo para a aprovação da Superintendência Regional da CODEVASF – 3ª SR, com a indicação das licitantes habilitadas.
- 7.10. Após a fase de habilitação não caberá desistência de proposta pela licitante, salvo motivo justo aceito pela Comissão Técnica de Julgamento, nos termos do art. 40, VI c/c art. 43, § 6º, da Lei nº 8.666/93.

## **8. EXAME E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**

- 8.1. A Comissão Técnica de Julgamento composta de, no mínimo 3 (três) membros, procederá ao exame e ao julgamento da Documentação – Envelope nº 1 e Proposta Financeira – Envelope nº 2 - e elaborará relatórios de suas conclusões, onde exporá as razões que as determinaram, detalhes ou incidentes ocorridos, providências tomadas e os encaminhará à Autoridade Competente do Sr. Superintendente Regional para aprovação.
- 8.2. Em caso de divergência entre as informações contidas na documentação impressa e na proposta específica, prevalecerão aquelas contidas na proposta.
- 8.3. É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão de documentos que deveriam constar originariamente da proposta.
- 8.4. **Julgamento da Documentação**
  - 8.4.1. O julgamento da Documentação será realizado segundo as informações constantes no item 6 e seus subitens 6.5.1 a 6.5.2 deste Edital, sendo

considerada habilitada a licitante que atender as condições estabelecidas no item 6 e seus subitens deste Edital.

- 8.4.2. Às licitantes inabilitadas no julgamento da “Documentação”, serão devolvidos intactos, tal como recebidos, os invólucros 2 (dois) "Propostas Financeiras".
- 8.4.3. Inexistindo recurso(s) contra a decisão referente à fase de habilitação, ou sendo este(s) denegado(s), a Secretaria de Licitações providenciará a devolução dos invólucros nº 2, lacrados tal como recebidos, às respectivas licitantes.
- 8.4.4. No caso das licitantes inabilitadas se recusarem a receber os invólucros das Propostas, ou se os representantes estiverem ausentes, estas ficarão à disposição para retirada, mediante recibo na Secretaria de Licitações, durante o período de 60 (sessenta) dias. Findo este prazo, a CODEVASF fica autorizada a incinerá-los.
- 8.4.5. Ocorrendo a hipótese prevista no subitem 8.4.3. a Comissão Técnica de Julgamento encaminhará o relatório do julgamento da "Documentação", com parecer conclusivo para a aprovação da Autoridade Competente da CODEVASF, com a indicação das licitantes habilitadas.
- 8.4.5.1. Após a aprovação do resultado, será comunicado, por escrito, pela Secretaria de Licitações – SL – diretamente às licitantes, com a convocação para a abertura da Proposta Financeira das licitantes habilitadas.
- 8.4.5.2. As propostas financeiras (Invólucro nº 02) das licitantes habilitadas serão abertas em dia e hora previamente comunicada às licitantes.

#### **8.5. Julgamento das Propostas Financeiras**

- 8.5.1. A Comissão Técnica de Julgamento examinará as propostas das licitantes habilitadas para determinar se as mesmas estão completas, se houve erros de cálculos, e se todos os documentos foram devidamente assinados, e se todas as propostas estão, de maneira geral, de acordo com as exigências dos Documentos de Licitação.
- 8.5.2. Erros aritméticos serão retificados, desde que não importem em acréscimo do preço fixado no Termo de Proposta, em obediência ao subitem 6.6.2, que exige a apresentação de propostas firmes e valiosas, da seguinte forma:
  - a) Se houver discrepância entre o preço unitário e o preço total, o qual é obtido pela multiplicação do preço unitário pela quantidade, o preço unitário prevalecerá, e o preço total será corrigido;
  - b) Se houver discrepância entre os valores numéricos e seus componentes por extenso, prevalecerão os valores descritos por extenso.
- 8.5.3. Erros ou distorções em qualquer preço ou componente de preço, que impliquem em acréscimo do preço fixado no Termo de Proposta não serão considerados.
- 8.5.3.1. Ocorrendo a hipótese prevista no subitem 8.2 a licitante deverá honrar o preço fixado no Termo de Proposta, sob pena de desclassificação.
- 8.5.4. Havendo dúvidas quanto à composição dos preços unitários ou quanto ao orçamento global apresentado pela CODEVASF por qualquer das licitantes

estas só poderão ser apresentadas no período de publicação da licitação, este anterior a apresentação das propostas, não havendo mais prerrogativa quanto às mesmas no período de julgamento.

- 8.5.5. As propostas financeiras das Licitantes classificadas tecnicamente serão examinadas, para avaliar se as mesmas estão completas, se houve erro de cálculo, se o valor proposto não ultrapassa o valor orçado pela Codevasf, se todos os documentos foram assinados e se todas as propostas estão de acordo com as exigências.
- 8.5.6. A Comissão Técnica de Julgamento poderá desprezar qualquer informalidade, discrepância, ou irregularidade de menor importância de uma proposta, desde que não se verifique na mesma, desvios materiais e desde que, também não se prejudique ou afete a classificação das demais licitantes.
- 8.5.7. A Comissão Técnica de Julgamento julgará as Propostas Financeiras das licitantes classificadas e consideradas adequadas aos termos deste Edital, sendo desclassificada aquela que:
- a) Propostas que não atendam às exigências do Edital.
  - b) Propostas com valores exorbitantes ou com preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles cujas planilhas de composição de custos unitários, salários, encargos sociais e demais insumos que apresentarem desvios ou incompatibilidades evidentes em relação ao mercado e à legislação ou, ainda, com quantidades de serviços não compatíveis com o plano e a metodologia dos trabalhos apresentados.
  - c) Apresentar na planilha, preços unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero; incompatíveis com os custos dos insumos e salários, acrescidos dos respectivos encargos, incoerentes com os de mercado ou coeficientes de produtividade incompatíveis com a execução do objeto da licitação a ser contratada, exceto quando se referirem aos materiais e instalações de propriedade da própria licitante, e para os quais ela renuncie expressamente na proposta a parcela ou totalidade da remuneração;
  - d) Apresentar preços ou quaisquer ofertas de vantagens não previstas neste Edital;
  - e) Apresentar preço unitário superior ao indicado pela Codevasf;
  - f) Não apresentarem cotações para todos os serviços solicitados;
  - g) Apresentar propostas com quantitativos de serviços inferiores aos descritos na proposta da CODEVASF.
  - h) É vedada a apresentação de Propostas Financeiras com preços maiores aos dos valores máximos da CODEVASF
  - i) Apresentar preços inexequíveis.
    - i1) Consideram-se manifestamente inexequíveis, as propostas cujos valores sejam inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores:

**Ministério da Integração Nacional – MI**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**3ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – CODEVASF**

Fls.: \_\_\_\_\_  
Proc.: 59530.002939/2017-10

3ª SL

- I) Média Aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela CODEVASF, ou
- II) Valor orçado pela CODEVASF.
- j) Dos licitantes classificados na forma da alínea “i1” do subitem 8.5.7 acima, cujo valor global da proposta for inferior a 80% (oitenta por cento) do menor valor a que se refere os Incisos ‘I’ e ‘II’, acima, será exigida, para a assinatura do contrato, prestação de garantia adicional, dentre as modalidades previstas no § 1º, do Art. 56, da Lei 8.666/93, igual a diferença entre o valor resultante da alínea “i1” acima e o valor da correspondente proposta.
- 8.5.8. Será considerada vencedora a licitante que habilitada e qualificada tecnicamente, apresentar o menor preço para a execução dos serviços objeto deste Edital, respeitado o valor máximo fixado na planilha orçamentária da CODEVASF, e, além disso, preços unitários dos serviços compatíveis com os de mercado, não devendo ser apresentados preços unitários diferenciados para o mesmo serviço.
- 8.5.9. Qualquer tentativa de uma licitante em influenciar a Comissão de Julgamento ou à CODEVASF quanto ao processo em exame, avaliação, e comparação das propostas e na tomada de Decisão para a adjudicação do objeto desta licitação, resultará na rejeição de sua proposta.
- 8.5.10. No caso de empate entre duas ou mais propostas, o desempate será mediante sorteio em ato público, para o qual todas as licitantes empatadas serão convocadas.
- 8.5.11. A Comissão Técnica de Julgamento submeterá à aprovação do Superintendente Regional da 3ª SR da CODEVASF, o relatório conclusivo do julgamento das Propostas Financeiras, com classificação das licitantes, em ordem crescente, em função dos preços ofertados, com a indicação da licitante vencedora, decorrido o prazo recursal, este encaminhará para homologação pela Diretoria Executiva da CODEVASF.
- 8.5.11.1. Quando todas as propostas forem desclassificadas, a CODEVASF poderá fixar aos licitantes o prazo de 08 (oito) dias úteis para a apresentação de novas propostas escoimadas das causas da desclassificação, conforme prevê o Art. 48, § 3º, da lei nº 8.666/93.
- 8.5.12. A divulgação do resultado final será efetuada mediante fixação em quadros de avisos da CODEVASF, bem como será comunicado diretamente às licitantes, através de fax, disponibilizado nos sítios da CODEVASF e Comprasnet [www.codevasf.gov.br](http://www.codevasf.gov.br) e [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), e publicado no Diário Oficial da União.
- 8.5.13. Todas as propostas das licitantes classificadas constituirão peças do processo de que trata este Edital.

## **9. ADJUDICAÇÃO**

- 9.1. A adjudicação dos serviços será efetuada mediante Contrato que a licitante vencedora firmará com a CODEVASF, observadas as condições constantes do Edital e seus anexos.
- 9.2. A licitante vencedora deverá assinar o contrato mediante convocação da CODEVASF, no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da data da convocação.
- 9.2.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela parte adjudicada, durante o transcurso do prazo especificado no subitem 9.2. desde que ocorra motivo justificado e aceito pela CODEVASF.
- 9.3. A CODEVASF providenciará a publicação do presente contrato, em extrato, no Diário Oficial da União – Seção 3, até o quinto dia útil do mês subsequente ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data, na forma do art. 61, parágrafo único da Lei 8.666/93.
- 9.4. Na hipótese do não comparecimento da licitante vencedora para a assinatura do Contrato no prazo estipulado ou em caso de recusa por parte desta, a CODEVASF convocará as que seguirem, por ordem de classificação para fazê-lo em igual preço e prazo e nas mesmas condições propostas pela 1ª classificada.
- 9.5. Além das medidas legais cabíveis, a licitante vencedora desistente da assinatura do contrato será declarada suspensa de participar de licitações na CODEVASF por 2 (dois) anos, o que será publicado no Diário Oficial da União.
- 9.6. A Contratada obriga-se a promover a anotação do Contrato no CREA com jurisdição no local de execução dos serviços (Lei 6.496/77, Art. 1º), juntamente com o registro dos responsáveis técnicos pelos serviços objeto desta licitação.

## **10. RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

- 10.1. Caberá recurso administrativo das decisões emanadas da Comissão Técnica de Julgamento, em quaisquer das fases da presente licitação, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da divulgação da decisão.
- 10.2. Na contagem do prazo, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, conforme disposto no art. 110 da Lei nº 8.666/93 de 21.06.93. Só se iniciam e vencem os prazos previstos neste instrumento em dia de expediente na Codevasf.
- 10.3. O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da Comissão Técnica de Julgamento, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, ou nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso a decisão ser proferida dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.
- 10.4. Interposto, o recurso será comunicado aos demais licitantes, que poderão impugná-lo no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

- 10.5. O recurso, nos casos de habilitação ou inabilitação da licitante e julgamento das propostas, tem efeito suspensivo.
- 10.6. Somente serão considerados os recursos devidamente fundamentados que estiverem dentro do prazo estabelecido no subitem 10.1.
- 10.7. Recursos poderão ser encaminhados via Postal, rua Presidente Dutra Nº 160, CEP 56.304-914 - Centro – Petrolina-PE; através do e-mail: 3a.sl@codevasf.gov.br, só terão eficácia se o original for entregue na CODEVASF, necessariamente, até 5 (cinco) dias da data do término do prazo recursal.

## **11. PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

- 11.1. Os serviços de conclusão e construção dos pátios de eventos para múltiplos usos nas cidades de **Dormentes (Lote I)** e na cidade de **Araripina (Lote II e Lote III)**, no Estado de Pernambuco, serão executados num prazo de **120 (cento e vinte) dias** para cada lote, individualmente, contados a **partir da assinatura da Ordem de Serviço para cada um dos três lotes**.
- 11.2. As obras e serviços objetos dos presentes Termos de Referência deverão ser executados conforme prazo abaixo definido e os respectivos contratos terão as vigências abaixo listadas:

<b>Lote</b>	<b>PRAZO DE VIGENCIA DO CONTRATO (DIAS)</b>
I	120
II	120
III	120

- 11.2.1. O prazo de vigência dos contratos é contado em dias, a partir da data de Ordem de Serviço, tendo início e vencimento em dia de expediente, devendo-se excluir o primeiro e incluir o último.

## **12. GARANTIA DE EXECUÇÃO**

- 12.1. Como garantia para a completa execução das obrigações contratuais e da liquidação das multas convencionais, fica estipulada uma "Garantia de Execução" no montante de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, a ser integralizada em até 05 (cinco) dias após a assinatura do mesmo, em espécie, ou em Títulos da Dívida Pública da União, com cotação de mercado devidamente comprovada por documento hábil expedido pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários, Seguro Garantia ou Fiança Bancária, esta a critério da contratada, com validade de até 90 (noventa) dias após o vencimento do contrato.

- 12.2. Quando se tratar de caução em títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliado pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda, na forma do art. 56, inc. I, da Lei 8.666/93. Nesta modalidade, a contratada deverá, ainda, transferir a posse dos títulos à Administração até o final do prazo previsto para assinatura do Termo de Encerramento Definitivo do Contrato.
- 12.3. A caução em fiança bancária ou seguro garantia deverão estar em vigor e cobertura até 90 (noventa) dias após o vencimento do contrato.
- 12.4. Após assinatura do Termo de Encerramento Definitivo do Contrato, será devolvida a “Garantia de Execução”, uma vez verificada a perfeita execução das obras/serviços e fornecimentos contratados.
- 12.5. A garantia em espécie deverá ser depositada em instituição financeira oficial, credenciada pela CODEVASF, em conta remunerada que poderá ser movimentada somente por ordem da CODEVASF.
- 12.6. A não integralização da garantia representa inadimplência contratual, passível de aplicação de multas e de rescisão, na forma prevista nas cláusulas contratuais.
- 12.7. A contratada se obriga a prestar a referida garantia, na mesma proporção e condição, nos casos de celebração de termos aditivos que impliquem em acréscimos de quantitativos ao contrato.
- 12.8. Não haverá qualquer restituição de garantia em caso de dissolução contratual, na forma do disposto na cláusula de rescisão, hipótese em que a garantia reverterá e será apropriada pela CODEVASF.

### **13. FISCALIZAÇÃO**

- 13.1. Fica assegurado à CODEVASF e às empresas especializadas a mando da CODEVASF o direito de acompanhar e fiscalizar os serviços prestados pela Contratada com livre acesso aos locais de trabalho para a obtenção de quaisquer esclarecimentos julgados necessários à execução dos trabalhos.
- 13.2. A fim de exercer o acompanhamento e fiscalização dos serviços, a CODEVASF, através da 3ª SR, designará uma equipe adequada que atuará sob a responsabilidade de um Coordenador, sendo que lhe caberá, de acordo com a Contratada, estabelecer os procedimentos detalhados de fiscalização do contrato, conforme os Termos de Referência.
- 13.3. Fiscalização terá plenos poderes para agir e decidir perante a Contratada, inclusive rejeitando serviços que estiverem em desacordo com o contrato, obrigando se desde já a Contratada a assegurar e facilitar acesso da Fiscalização aos serviços e a todos os elementos que forem necessários ao desempenho de sua missão.
- 13.4. Cabe à Fiscalização verificar a ocorrência de fatos para os quais haja sido estipulada qualquer penalidade contratual. A Fiscalização informará ao setor

competente quanto ao fato, instruindo o seu relatório com os documentos necessários, e, em caso de multa, a indicação do seu valor.

- 13.5. Das decisões da Fiscalização, poderá a Contratada recorrer à 3ª SR no prazo de 5 (cinco) dias úteis da comunicação respectiva.
- 13.6. A ação ou omissão, total ou parcial, da Fiscalização não eximirá a Contratada da integral responsabilidade pela execução dos serviços contratados.
- 13.7. Caberá também à Fiscalização abrir o Diário de Obra em cada município, no dia de início dos serviços de campo, ou de fiscalização das obras no qual deverão ser anotadas todas as instruções ou solicitações dadas pela Fiscalização à Contratada e todas as reivindicações desta última em relação aos trabalhos e o andamento do contrato.
- 13.8. LIVRO DE OCORRÊNCIAS.
  - 13.8.1. Será aberta pela Fiscalização a partir do início dos trabalhos de campo e mantido pela Contratada no escritório de campo, um livro sob a denominação de Diário de Ocorrências.
  - 13.8.2. O Diário de Ocorrências utilizado será o de padrão da CODEVASF.
  - 13.8.3. Nesse diário, as folhas serão devidamente numeradas e rubricadas pelos representantes da Contratada e da Fiscalização, em cada obra.
  - 13.8.4. Serão registradas nessas folhas as instruções e solicitações dadas pela Fiscalização à contratada e todas as reivindicações dessa última.

#### **14. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

- 14.1. Os serviços objeto deste Edital serão pagos pelos preços unitários propostos pela Licitante;
- 14.2. O pagamento dos serviços será efetuado mensalmente, mediante entrega dos documentos de cobrança (nota Fiscal/Fatura). Não terá faturamento serviço que não se enquadre na FORMA DE PAGAMENTO estabelecida neste Edital;
- 14.3. Não constituem motivos de pagamento pela CODEVASF serviços desnecessários a execução dos serviços e que forem realizados sem autorização prévia da Fiscalização.
- 14.4. As faturas deverão vir acompanhadas da documentação justificativa relativa a cada serviço faturado, com os comprovantes técnicos que lhes deram origem (relação nominal do pessoal, total de horas normais e extras efetivamente trabalhadas, veículos utilizados pelas supervisões, folhas de medição etc.) e relatório de andamento mensal, conforme padrão da CODEVASF, ou referência à entrega anterior dos mesmos, devidamente atestada pela Fiscalização da CODEVASF no local da obra e indicando a data da aprovação do evento, de acordo com o Programa de Trabalho.
- 14.5. As faturas só serão liberadas para pagamento depois de aprovadas pela área gestora, devendo estar isentas de erros ou omissões, sem o que, serão de forma

imediate devolvidas à contratada para correções, alterando-se a data de adimplemento da obrigação.

- 14.6. Os documentos de cobrança indicarão, obrigatoriamente, o número e a data de emissão da(s) Nota(s) de Empenho(s) emitida(s) pela CODEVASF, e que cubram a execução dos serviços;
- 14.7. Atendido ao disposto nos itens anteriores a CODEVASF considera como data final do período de adimplemento a data útil seguinte à data de entrega do documento de cobrança no local de pagamento dos serviços, a partir da qual será observado o prazo de até 30 (trinta) dias corridos para pagamento, conforme estabelecido no Art. 9º do Decreto 1.054, de 7 de fevereiro de 1994.
- 14.8. Será considerado em atraso o pagamento efetuado após o prazo estabelecido de 30 (trinta) dias, caso em que a CODEVASF pagará atualização financeira aplicando-se a seguinte formula:

**AM = P x I**, onde:

**AM** = Atualização Monetária;

**P** = Valor da Parcela a ser paga; e

**I** = Percentual de atualização monetária, assim apurado:

$$I = (1 + im1/100)^{dx1/30} \times (1 + im2/100)^{dx2/30} \times \dots \times (1 + imn/100)^{dxn/30} - 1,$$

**Onde:**

**i** = Variação do Índice de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA no mês “m”;

**d** = Número de dias em atraso no mês “m”;

**m** = Meses considerados para o cálculo da atualização monetária.

- 14.9. Não sendo conhecido o índice para o período, será utilizado no cálculo, o último índice conhecido. Quando utilizar o último índice conhecido, o cálculo do valor ajustado será procedido tão logo seja publicado o índice definitivo correspondente ao período de atraso. Não caberá qualquer remuneração a título de correção monetária para pagamento decorrente do acerto de índice. Nos cálculos deverão ser utilizadas 5 (cinco) casas decimais.
- 14.10. Será exigida da contratada no momento da entrega da medição, além das documentações anteriormente descritas, a apresentação de um relatório constando as seguintes informações e documentos:
- a) Coordenadas geográficas da obra em construção, em UTM;
  - b) Termo de servidão pública;
  - c) Registro fotográfico do início e final dos serviços no período;
  - d) Memória de cálculo dos serviços/ realização da obra.
- 14.11. É de responsabilidade da Contratada a entrega à CODEVASF dos documentos de cobrança acompanhados dos seus respectivos anexos de forma clara,

objetiva e ordenados, que se não atendido, implica em desconsideração pela CODEVASF dos prazos estabelecidos.

- 14.12. As variações de complexidade de execução do serviço, que provocarem acréscimo, para mais ou para menos das previsões apresentadas pela Contratada na sua proposta em relação aos trabalhos de campo realmente executados, não poderão servir de pretexto de modificações dos preços unitários oferecidos.
- 14.13. Os Itens de Mobilização e Desmobilização serão pagos a critério da fiscalização, de modo inteiro ou fracionado, de acordo com o apresentado pela contratada no local dos trabalhos em relação a sua proposta e executados conforme, as necessidades para a prestação dos serviços contratados e a autorização da fiscalização.
- 14.14. Juntamente com a apresentação da Fatura de cada parcela de pagamento terá a Contratada de apresentar a comprovação de recolhimento à Previdência Social, através de GPS, devidamente autenticado, sob pena de retenção do pagamento devido, consoante o disposto no Art. 31, da Lei nº 8.212 de 24/07/91, alterado pela Lei 9.711 de 20.11.98.
- 14.15. Quando se tratar da quitação do último pagamento a CODEVASF se reserva o direito de reter 15% (quinze por cento) do valor do mesmo, até que seja apresentado o GPS relativo ao mês dos últimos serviços prestados. Da mesma forma deverá comprovar o recolhimento do FGTS, sob pena da retenção dos pagamentos.
- 14.16. A Contratada é responsável pelos encargos trabalhistas, sociais, previdenciários, tributários, comerciais e demais resultantes da execução do contrato, principalmente com a obrigatoriedade de requerer a exclusão da CODEVASF, da lide, das eventuais ações reclamatórias trabalhistas, propostas por empregados da Contratada, durante a vigência contratual, declarando-se como única e exclusiva responsável pelas referidas ações, inclusive perante possíveis subcontratados ou quaisquer terceiros interessados.
- 14.17. Na hipótese da CODEVASF, vir a ser condenada, solidária ou subsidiariamente nas ações reclamatórias trabalhistas mencionadas acima e se o contrato estiver vigente, o valor da referida condenação será deduzido das medições e do valor das faturas vincendas e desde que não haja possibilidade de composição entre as partes, visando o reembolso da importância despendida pela CODEVASF, a título de condenação trabalhista solidária ou subsidiária, a CODEVASF utilizará o direito de regresso, em ação própria a ser intentada contra a Contratada, com a qual desde já a mesma expressa sua concordância, com as duas hipóteses previstas neste item.
- 14.18. Para efeito de pagamento será observado o prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados da data final do período de adimplemento de cada parcela estipulada.
- 14.19. Caso existam observações acerca dos relatórios e documentos a CODEVASF poderá reter a parcela referente à mesma, se a dúvida não for sanada pela CONTRATADA.

## 15. REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

- 15.1. Os preços permanecerão válidos por um período de um ano, contados da data de apresentação da proposta. Os preços permanecerão válidos por um período de um ano, contados da data de apresentação da proposta. Após este prazo serão reajustados aplicando-se a seguinte fórmula (desde que todos os índices tenham a mesma data base):

$$R = V.[N1.(Ti - To)/To]$$

Onde :

**R** - valor do reajustamento

**V** - valor a ser reajustado

**N1** - percentual de ponderação de serviços de Edificações frente à totalidade dos serviços a executar.

**Ti** – Refere-se à coluna 35 da FGV – Edificações Total, cód. AO15948, correspondente ao mês de aniversário da proposta.

**To** – Refere-se à coluna 35 da FGV – Edificações Total, cód. AO15948, correspondente a data de apresentação da proposta.

- 15.1.1. Caso haja mudança de data base nestes índices, deve-se primeiro calcular o valor do índice na data base original utilizando-se a seguinte fórmula:

$$I_{DB1}^{Mês2} = \frac{I_{DB2}^{Mês2} \times I_{DB1}^{Mês1}}{100}$$

Sendo:

$I_{DB1}^{Mês2}$  = Valor desejado. Índice do mês de reajuste com data base original.

$I_{DB2}^{Mês2}$  = Índice do mês de reajuste com a nova data base.

$I_{DB1}^{Mês1}$  = Índice do mês em que mudou a tabela, na data base original.

- 15.1.2. O valor considerado referente ao fator N1 é a seguir apresentado:

Fator - Coluna	FATOR N1 – 35
(%)	100,0

## 16. MULTAS

- 16.1. Em caso de inadimplemento, por parte Contratada de quaisquer das cláusulas ou condições estabelecidas, ou inexecução total do contrato, por culpa exclusiva

da CONTRATADA, cabe aplicação de penalidades de suspensão temporária do direito de contratar com a Administração, além de multa no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor global do objeto do contrato, independente de rescisão unilateral e demais sanções previstas em Lei, assegurando-se a ampla defesa e o contraditório (Art. 86 §1º da Lei 8.666/93).

- 16.1.1. Nos casos de inexecução parcial da obra ou serviço ou atraso na execução dos mesmos, será aplicada a multa de 2% (dois por centos) do valor da parte não executada do contrato ou fase em atraso, sem prejuízo da responsabilidade civil e perdas das garantias contratuais.
- 16.1.2. O atraso, na execução dos serviços, inclusive dos prazos parciais constantes do cronograma físico-financeiro, constitui inadimplência passível de aplicação de multa, conforme subitem 16.1 deste Edital.
- 16.2. Ocorrida à inadimplência, a multa será aplicada pela CODEVASF, após regular processo administrativo, consoante o art. 86, § 2º da Lei de Licitações.
  - a) A multa será deduzida da garantia prestada pela CONTRATADA. Caso o valor da multa seja superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a licitante pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente;
  - b) Não havendo qualquer importância a ser recebida pela CONTRATADA, esta será convocada a recolher ao Serviço de Finanças da 3ª Superintendência Regional da CODEVASF o valor total da multa no prazo de 10 (dez) dias, contado a partir da data da convocação.
- 16.3. A CONTRATADA terá um prazo de 10 (dez) dias, contado a partir da data da notificação da multa, para apresentar recurso à CODEVASF. Ouvida a fiscalização e o técnico responsável pelo acompanhamento do contrato, o recurso será encaminhado à Assessoria Jurídica, que procederá ao seu exame.
  - 16.3.1. Após o procedimento estabelecido no subitem anterior, o recurso será apreciado pelo Comitê de Gestão Executiva da 3ª Superintendência Regional, que poderá relevar ou não a multa.
- 16.4. Em caso de revogação da multa, a CODEVASF se reserva o direito de cobrar perdas e danos porventura cabíveis em razão do inadimplemento de outras obrigações, não constituindo, a relevação, em novação contratual, nem desistência dos direitos que lhe forem assegurados.
- 16.5. Caso o Comitê de Gestão Executiva da 3ª Superintendência Regional mantenha a multa, não caberá novo recurso administrativo.

## **17. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 17.1. Nos casos de inadimplemento ou inexecução total do contrato, por culpa exclusiva da CONTRATADA, cabe a aplicação de penalidades de suspensão temporária do direito de contratar com a Administração, além de multa de 10%

(dez por cento) do contrato, independente de rescisão unilateral e demais sanções previstas em Lei.

- 17.2. A recusa injustificada do licitante vencedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Codevasf, o atraso injustificado na execução do contrato, a inexecução total ou parcial do contrato, bem como venha executá-lo fora das especificações e condições acordadas, e, ainda, impeça ou embarace, de alguma forma a fiscalização, caracterizam o descumprimento total das obrigações assumidas, nos termos do art. 81 c/c arts. 86 e 87 da Lei nº 8.666, de 21.06.1993, podendo a Codevasf, garantida a prévia defesa, aplicar ao responsável as seguintes sanções:
- I. Advertência;
  - II. Multa (conforme item 16);
  - III. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Codevasf, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
  - IV. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Codevasf pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.
- 17.3. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do subitem 17.2 poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.
- 17.4. A sanção estabelecida no inciso IV do subitem 17.2 é de competência do Ministro da Integração Nacional, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

## **18. PRAZO DE GARANTIA**

- 18.1. O Prazo de Garantia dos serviços prestados é o previsto na legislação vigente e definido no Código Civil Brasileiro.
- 18.2. Todos os serviços licitados devem atender às recomendações da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT (Lei n.º 4.150 de 21.11.62), no que couber e, principalmente no que diz respeito aos requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança.

## **19. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 19.1. O transporte interno e externo do pessoal e dos insumos até o local dos serviços será de inteira responsabilidade da Contratada.
- 19.2. A Contratada deverá utilizar pessoal experiente, bem como equipamentos, ferramentas e instrumentos adequados para a boa execução dos serviços.

- 19.3. Será de inteira responsabilidade da empresa Contratada todos e quaisquer danos causados às estruturas, construções, instalações elétricas, cercas, equipamentos, etc., existentes no local quando da execução dos serviços.
- 19.4. Será de inteira responsabilidade da empresa Contratada a vigilância e proteção de todos os materiais e equipamentos no local dos serviços.
- 19.5. A Contratada deverá colocar tantas frentes de serviços quantas forem necessárias, para possibilitar a perfeita execução dos serviços no prazo contratual.
- 19.6. Todos os acessos necessários para permitir à chegada dos equipamentos e materiais no local de execução dos serviços deverão ser previstos, avaliando-se todas as suas dificuldades, pois os custos decorrentes de qualquer serviço para melhoria destes acessos correrão por conta da Contratada.
- 19.7. A CODEVASF poderá ordenar à contratada a suspensão de qualquer trabalho que possa ser danificado ou prejudicado pelas condições temporárias ou de acordo com a sua conveniência. A CONTRATADA não terá o direito à reclamação judicial ou extrajudicial devido a este motivo.
- 19.8. A CODEVASF se desobriga do fornecimento de água, energia elétrica ou quaisquer outros serviços à CONTRATADA.

## **20. RECEBIMENTO DEFINITIVO DOS SERVIÇOS**

- 20.1. Concluídos os serviços, a contratada solicitará à CODEVASF, através da Fiscalização, o seu recebimento provisório que deverá ocorrer no prazo de 15 (quinze) dias da data da solicitação.
- 20.2. A CODEVASF terá até 90 (noventa) dias para, através da Fiscalização, verificar a adequação dos serviços recebidos com as condições contratadas, emitir parecer conclusivo e, no caso de projeto, aprovação da autoridade competente.
- 20.3. Na hipótese da necessidade de correção, será estabelecido um prazo para que a CONTRATADA, às suas expensas, complemente ou refaça os serviços rejeitados. Aceito e aprovado o serviço/projeto, a CODEVASF emitirá o Termo de Recebimento Definitivo dos Serviços que deverá ser assinado por representante autorizado da Contratada, possibilitando a liberação da caução contratual.
- 20.4. O Termo de Encerramento Físico do contrato está condicionado à aceitação das obras realizadas pela fiscalização do contrato.
- 20.5. A última fatura de serviços somente será encaminhada para pagamento após emissão do Termo de Encerramento Físico do Contrato, que deverá ser anexado ao processo de liberação e pagamento.
- 20.6. Os resultados dos serviços, incluindo os desenhos originais (em arquivos digitais no formato dwg) e as memórias de cálculo, bem como as informações obtidas e os métodos desenvolvidos no contexto dos serviços serão de propriedade da CODEVASF.

## **21. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

- 21.1. Os valores estimados para a realização dos serviços a serem contratados são de, no máximo, pelos preços globais orçados de **R\$ 151.942,52 (cento e cinquenta e um mil, novecentos e quarenta e dois reais e cinquenta e dois centavos) para o Lote I (São Bento -Dormentes); R\$ 176.797,83 (cento e setenta e seis mil, setecentos e noventa e sete reais e oitenta e três centavos) para o Lote II (Cavaco-Araripina) e R\$ 204.411,96 (duzentos e quatro mil, quatrocentos e onze reais e noventa e seis centavos) para o Lote III (Morais-Araripina)**, preços referenciados pelo SINAPI-PE de Setembro/2017, não desonerado, incluso BDI, encargos sociais, taxas, impostos e emolumentos, conforme especificados e indicados em Planilhas Orçamentárias anexas.
- 21.2. FONTE DE RECURSOS: Os recursos ficarão sob a gestão da 3.ª Superintendência Regional, correrão à conta da Funcional Programática nº 15.244.2029.7K66.0026 (Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado no Estado de Pernambuco) PTRES 131058 e 130975.

## **22. PLACA DE IDENTIFICAÇÃO**

- 22.1. A Contratada se obriga a fornecer e afixar 1 (uma) placa de identificação da obra no padrão definido pela CODEVASF, elaborada conforme especificação constante do Manual para elaboração de Placas de Obra do Ministério da Integração Nacional, em local a ser definido pela Fiscalização da CODEVASF.
- 22.2. A Contratada cabe à manutenção e conservação da placa de identificação das obras durante a vigência do contrato.
- 22.3. A contratada se obriga a fornecer e afixar no canteiro de obras, sem ônus para a Codevasf, 1 (uma) placa de identificação da obra, com as seguintes informações: nome da empresa (contratada), RT pela obra com a respectiva ART, nº do Contrato e contratante (CODEVASF).

## **23. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE**

- 23.1. Será obrigatória adoção das medidas de sustentabilidade ambiental durante a execução dos serviços objeto desta licitação, consoante à Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação.
- 23.2. A licitante deverá adotar as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços contratados:
- Observe a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;
  - Forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;
  - Respeite as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos; e,

- Preveja a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999.

- 23.3. Utilizar sempre que possível os 3 Rs da Sustentabilidade - Reduzir, Reutilizar e Reciclar .
- 23.4. Considerar outras normas de sustentação ambiental que se adequem à atividade a desenvolver e que sejam regulamentadas, naquilo que couber, para o bom desempenho dos serviços.

## **24. CONDIÇÕES GERAIS**

- 24.1. Considerar-se-á que a participação da Contratada na licitação do serviço implica na verificação e no dimensionamento das dificuldades técnicas inerentes à execução dos serviços, inclusive através de informações adicionais às fornecidas pela Codevasf em decorrência deste Edital e seus anexos, de modo plenamente suficiente para assumir o compromisso de executá-los, conforme, o contrato que vier a ser assinado.
- 24.2. A contratada deverá manter um Preposto, aceito pela CODEVASF, no local do serviço, para representá-lo na execução do contrato (art. 68 da Lei 8.666/93).
- 24.3. O contrato a ser assinado com a licitante vencedora disciplinará os casos em que ocorrerá a sua rescisão, com a consequente perda da caução e, a juízo da CODEVASF, o alijamento da Contratada para com ela transacionar, independente de ação ou interpelação judicial cabível.
- 24.4. Devem ser registradas, por meio de Termo Aditivo, eventuais alterações que ocorrerem durante a execução do presente contrato, especialmente as referentes a serviços extras.
- 24.5. A CODEVASF poderá revogar esta licitação quando nenhuma das ofertas satisfizer o objeto da mesma, ou anulá-la quando for evidente que tenha havido falta de competição e/ou quando caracterizado indício de colusão.
- 24.6. Fica garantido à CODEVASF, desde que justificado, o direito de, a qualquer tempo, desistir da celebração do contrato, escolher a proposta que julgar mais conveniente, ou optar pela revogação da licitação, no todo ou anulá-la em parte.
- 24.7. A CODEVASF poderá, ainda, revogar a licitação por razão de interesse público decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, pertinente, e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer isento e devidamente fundamentado.
- 24.8. Fica assegurado aos técnicos da CODEVASF o direito de acompanhar, fiscalizar e participar, total ou parcialmente, diretamente ou através de terceiros, da execução dos serviços prestados pela contratada, com livre acesso ao local de trabalho para obtenção de quaisquer esclarecimentos julgados necessários à execução dos serviços.

**Ministério da Integração Nacional – MI**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**3ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – CODEVASF**

Fls.: \_\_\_\_\_  
Proc.: 59530.002939/2017-10

3ª SL

- 24.9. A licitante será responsável por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação tributária, trabalhista, securitária, previdenciária, e quaisquer encargos que incidam sobre os materiais e equipamentos, os quais, exclusivamente correrão por sua conta, inclusive o registro do serviço contratado junto ao CREA do Estado onde o serviço está sendo executado. A publicação do extrato do contrato no Diário Oficial da União, no prazo de 20 (vinte) dias após a sua assinatura, será de responsabilidade do Contratante.
- 24.10. A CODEVASF, a qualquer tempo, poderá, caso necessário, fornecer especificações e documentos complementares e, ou, suplementares.
- 24.11. Quaisquer dúvidas quanto aos procedimentos para execução de determinado serviço deverão ser esclarecidas junto à 3ª Gerência Regional de Infraestrutura - 3ª GRD da CODEVASF. O serviço que venha a ser condenado pela Fiscalização deverá ser refeito pela Contratada, sem quaisquer ônus adicionais para a Contratante.
- 24.12. Este Edital e seus anexos farão parte integrante do Contrato a ser firmado com a licitante vencedora, independente de transcrições, salientando as condições gerais citadas no item 15 dos Termos de Referência.
- 24.13. O Foro da Justiça Federal, na Seção Judiciária de Pernambuco, em qualquer das varas instaladas na cidade de Petrolina, será competente para dirimir questões oriundas da presente convocação, renunciando as partes, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Petrolina-PE, 01 de dezembro de 2017.

**AURIVALTER CORDEIRO PEREIRA DA SILVA**  
**Superintendente Regional**  
**CODEVASF - 3ª SR**

**Ministério da Integração Nacional – MI**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**3ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – CODEVASF**

Fls.: \_\_\_\_\_  
Proc.: 59530.002939/2017-10

\_\_\_\_\_  
3ª SL

**TOMADA DE PREÇOS N.º 0020/2017 – CODEVASF**

**A N E X O I**

**TERMO DE PROPOSTA**

**TOMADA DE PREÇOS N.º 0020/2017 – CODEVASF**

**TERMO DA PROPOSTA**

**À**

**CODEVASF**

**Rua Presidente Dutra, 160 – Centro - PETROLINA-PE**

Prezados Senhores:

Tendo examinado os Documentos de Licitação, nós, abaixo-assinados, oferecemos proposta para Contratação de empresas do ramo da engenharia para execução das obras e serviços de conclusão e construção dos pátios de eventos para múltiplos usos, nas comunidades de Dormentes (Lote I - conclusão) e Araripina (Lote II e Lote III), no Estado de Pernambuco, área de atuação da 3ª Superintendência Regional da CODEVASF, em conformidade com o Edital nº 020/2017, pelo valor global de R\$ \_\_\_\_\_, (.....), obedecendo a planilha de preços em anexo, que faz parte integrante desta proposta.

Comprometendo-nos, se nossa proposta for aceita, a executar os serviços no prazo fixado no Edital e conforme os seus Termos de Referência, a contar da data da assinatura do contrato. Caso nossa proposta seja aceita, ofertaremos garantia em valor não inferior a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, para a realização do contrato.

Concordamos em manter a validade desta proposta por um período de 60 (sessenta) dias desde a data fixada para abertura das propostas (\_\_\_\_\_), e representará um compromisso que pode ser aceito a qualquer prazo antes da expiração desse prazo.

Até que seja preparado e assinado um contrato formal, esta proposta será considerada um contrato de obrigação entre as partes.

Na oportunidade, credenciamos junto à CODEVASF o Sr. \_\_\_\_\_, carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_, Órgão Expedidor \_\_\_\_\_, ao qual outorgamos os mais amplos poderes inclusive para interpor recursos, quando cabíveis transigir, desistir, assinar atas e documentos e, enfim, praticar os demais atos no presente processo licitatório.

Declaramos, que temos pleno conhecimento de todos os aspectos relativos a licitação em causa.

Declaramos, ainda mais, nossa plena concordância com as condições constantes no presente Edital e seus anexos e que nos preços propostos estão inclusos todos os tributos incidentes sobre os serviços.

Atenciosamente,

\_\_\_\_\_  
FIRMA LICITANTE/CNPJ

\_\_\_\_\_  
ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

**TOMADA DE PREÇOS N.º 0020/2017 – CODEVASF**

**A N E X O II**

**MODELO DE DECLARAÇÃO**

**TOMADA DE PREÇOS N.º 0020/2017 – CODEVASF**

**ANEXO II**

**(MODELO DE DECLARAÇÃO – PARA A SITUAÇÃO PREVISTA NO SUBITEM 6.5.1, alínea “f”).**

Licitante \_\_\_\_\_, CNPJ/MF nº \_\_\_\_\_, por seu representante legal abaixo assinado, declara, sob as penas da lei, que até a presente data, NÃO EXISTE FATO QUE INVALIDE O SEU CERTIFICADO CADASTRAL – CRC ou SICAF, para fins de habilitação na presente licitação, (Art. 32 - § 2º da lei 8.666/93) e declara também sob as penas da Lei que não foi declarada inidônea por qualquer ORGÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, em qualquer de suas esferas, Federal, Estadual, Municipal e Distrito Federal, e de que não está impedida de licitar ou contratar com a CODEVASF, (Art.87, Inciso IV, Lei 8.666/93), declara ainda, encontrar-se em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII, do art.7º da Constituição Federal.

Cidade, data

\_\_\_\_\_  
Assinatura do representante legal

Nome: \_\_\_\_\_

Função: \_\_\_\_\_

**TOMADA DE PREÇOS N.º 0020/2017 – CODEVASF**

**A N E X O   I I I**

**TERMOS DE REFERÊNCIA/ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS/ QUADROS /  
PLANILHAS DE ORÇAMENTOS  
(GRAVADOS EM ARQUIVO SEPARADO)**

**Ministério da Integração Nacional – MI**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**3ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – CODEVASF**

Fls.: \_\_\_\_\_  
Proc.: 59530.002939/2017-10

\_\_\_\_\_  
3ª SL

**TOMADA DE PREÇOS N.º 0020/2017 – CODEVASF**

**A N E X O   I V**

**MINUTA DE CONTRATO**  
**(GRAVADA EM ARQUIVO SEPARADO)**

**TOMADA DE PREÇOS N.º 0020/2017 – CODEVASF**

**ANEXO V**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA**

(Identificação completa do representante da licitante), como representante devidamente constituído da empresa \_\_\_\_\_ doravante denominado Licitante, para fins do disposto no item 6.5.1, alínea “e” do Edital TOMADA DE PREÇOS N.º 020/2017, declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

(a) a proposta apresentada para participar da TOMADA DE PREÇOS N.º 0020/2017 foi elaborada de maneira independente (Empresa/Consórcio), e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da TOMADA DE PREÇOS N.º 020/2017, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da licitação de 020/2017 não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da licitação de \_\_\_\_2017 por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da TOMADA DE PREÇOS N.º 0020/2017 quanto a participar ou não da referida licitação;

(d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar TOMADA DE PREÇOS N.º 0020/2017 não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da TOMADA DE PREÇOS N.º 0020/2017 antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

(e) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da TOMADA DE PREÇOS N.º 0020/2017 não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante da CODEVASF antes da abertura oficial das propostas; e

(f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

(representante legal do licitante, no âmbito da licitação, com identificação completa)

**TOMADA DE PREÇOS N.º 020/2017 – CODEVASF**

**ANEXO VI**

**MODELO DECLARAÇÃO ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA (ME) OU  
EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP)**

O(s) Empresário/os sócios ....., da  
empresa  
....., com  
sede ..... a  
....., na  
cidade de .....  
Estado de ....., vem declarar que:

O movimento da receita bruta anual da empresa não excede aos limites fixados no art. 3º. da Lei Complementar nº. 123 de 14 de dezembro de 2006, e que não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no § 4º do art. 3º da mencionada lei.

Local e data:

**Assinatura (s) com a indicação do nome completo do (s) empresário/sócios;**

\_\_\_\_\_

**Ministério da Integração Nacional – MI**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**3ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – CODEVASF**

Fls.: \_\_\_\_\_  
Proc.: 59530.002939/2017-10

3ª SL

**ANEXO VII**

	<b>GUIA DE RETIRADA DE EDITAL</b> <b>(NO SÍTIO WWW.CODEVASF.GOV.BR)</b>	<b>EDITAL Nº 020/2017</b> <b>(TOMADA DE PREÇOS)</b>
<b>OBJETO:</b> Contratação de empresas do ramo da engenharia para execução das obras e serviços de conclusão e construção dos pátios de eventos para múltiplos usos, nas comunidades de Dormentes (Lote I - conclusão) e Araripina (Lote II e Lote III), no Estado de Pernambuco, área de atuação da 3ª Superintendência Regional da CODEVASF.		
<b>Documentos Constitutivos</b>		
<b>ANEXOS:</b> I. TERMO DE PROPOSTA. II. MODELOS DE DECLARAÇÕES. III. TERMOS DE REFERÊNCIA/ ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS / QUADRO / PLANILHAS DE ORÇAMENTOS. IV. MINUTA DE CONTRATO. V. MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA. VI. DECLARAÇÃO ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA (ME) OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP).		
<b><i>Dados para correspondência informados pela licitante</i></b>		
<b>EMPRESA:</b> _____		
<b>CNPJ:</b> _____		
<b>ENDEREÇO:</b> _____		
<b>CIDADE:</b> _____		<b>CEP:</b> _____
<b>TELEFONE:</b> _____		<b>FAX:</b> _____
<b>E-mail:</b> _____	<b>Confirmo as informações constantes desta guia e declaro ter retirado o EDITAL e seus elementos constitutivos pelo sítio da CODEVASF.</b> <b>Assinatura:</b> _____	
<b>VALOR DO EDITAL: (GRATUITO)</b>		<b>DATA:</b> _____